

Adoção Mandatória das IFRS e Qualidade da Informação Contábil em Mercados Emergentes: a Relevância da Qualidade Regulatória

Dante Baiardo Cavalcante Viana Junior

Doutorando em Ciências Contábeis

Universidade Federal da Paraíba

Centro Universitário UniFanor|Wyden

dantebcviana@gmail.com

Edilson Paulo

Doutor em Controladoria e Contabilidade

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

edilson.paulo@ufrgs.br

Área Temática: Contabilidade para Usuários Externos

RESUMO

À despeito das extensas discussões científicas acerca dos efeitos da adoção das IFRS sobre a qualidade da informação contábil, os resultados empíricos obtidos pela literatura são conflitantes. Discussões mais precisas sobre este fenômeno em países menos desenvolvidos são ainda menos frequentes, considerando o fato de a adoção mandatória das IFRS nesses países ser considerada um fenômeno recente quando comparado às economias desenvolvidas. Assim, tendo em vista a relevância do processo regulatório como fator chave no desenvolvimento da qualidade da informação reportada pela firma, à luz da Nova Teoria Institucional, o presente estudo analisa a influência da adoção mandatória das IFRS sobre a qualidade da informação contábil em empresas de economias emergentes em função de características do ambiente institucional dos países investigados. A amostra do estudo inclui 10.225 observações ano-empresas de cinco países emergentes adotantes das IFRS (Malásia, México, Nigéria, Peru e Rússia), além de grupos de controle formados por países não-adotantes das IFRS (China, Egito, Índia, Tailândia e Vietnam), considerando a aplicação da metodologia *Difference-in-Difference*. O período de análise compreende os anos de 2007 a 2016. Modelos econométricos foram estimados considerando o gerenciamento de resultados aproximado pelo montante de *accruals* discricionários por diferentes abordagens propostas pela literatura (Dechow et al., 1995; Kothari, Leone, & Wasley, 2005; Pae, 2005) como variável dependente, por meio de regressões Tobit. Os resultados obtidos confirmam a hipótese de pesquisa proposta, de que a melhoria da qualidade da informação contábil é maior, quando da adoção das IFRS, em países com maiores níveis de qualidade regulatória.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultados. IFRS. Qualidade regulatória. Nova Teoria Institucional. Países emergentes.

1 INTRODUÇÃO

Informações contábeis de alta qualidade são fundamentais para o funcionamento eficiente dos mercados de capitais. Em particular, os regimes contábeis e os *Generally Accepted Accounting Principles* (GAAP) dos países desempenham papel relevante na preparação e apresentação de informações financeiras para usuários externos que dependem desta informação para tomada de decisão (Ahmed, Chalmers, & Khlif, 2013). Nessa discussão, de um modo geral, as *International Financial Reporting Standards* (IFRS) são reconhecidas como normas com o potencial de melhorar a qualidade da informação contábil, tendo em vista, dentre outros fatores, o fato de serem normas baseadas em princípios e não em regras, podendo, em tese, melhor refletir a situação financeira das empresas (Barth, Landsman, & Lang, 2008).

Nesse aspecto, a qualidade da informação contábil é um conceito amplo, que ainda não pode ser medido por uma única variável, portanto mensurado por vários atributos, como a persistência, o *value relevance*, o conservadorismo, dentre outros (Almeida et al., 2012). Nesse cenário, destaca-se o gerenciamento de resultados como uma das temáticas mais discutidas no âmbito científico internacional (Martinez, 2013), interpretando-se, no geral, informações contábeis com um menor nível de gerenciamento como sendo informações de maior qualidade.

Armstrong, Barth, Jagolinzer and Riedl (2010) comentam que, em tese, as IFRS são mais rigorosas quanto às alternativas contábeis e aos requisitos de mensuração quando comparada as normas locais de diversos países, tornando possível que sua aplicação reduza a margem de opções contábeis e limite o critério oportunista de gerenciamento na determinação de valores contábeis. Resultados empíricos de estudos realizados com empresas de países emergentes corroboram na ideia de uma possível redução das práticas de gerenciamento no período Pós-IFRS (Ho, Liao, & Taylor, 2015; Lourenço, Branco, & Curto, 2013; Wan Ismail et al., 2013), mesmo onde, em tese, o *enforcement* da legislação é considerado baixo (La Porta et al., 1997). No entanto, os benefícios obtidos quando das aplicações das IFRS não são conclusivos (Brown, 2011), no sentido de que existem pesquisas empíricas que apresentam um aumento das práticas de gerenciamento de resultados após a adoção das IFRS (Ahmed, Neel, & Wang, 2013; Lin, Riccardi, & Wang, 2012), e outras que apresentam uma redução (Barth et al., 2008; Lourenço et al., 2013). Dessa forma, aspectos ligados a incentivos particulares das empresas, assim como fatores institucionais, poderiam trazer diferentes impactos para a qualidade da informação no período Pós-IFRS.

O ambiente institucional nos quais as empresas estão inseridas, por sua vez, é composto por fatores complexos e de difícil mensuração (Meyer & Scott, 1992). A literatura que investiga os efeitos do ambiente institucional sobre as práticas contábeis, em geral, considera o nível de desenvolvimento econômico dos países como fator relevante destas implicações (Nobes, 2011). Nesse sentido, a adoção das IFRS em países menos desenvolvidos continua a ser um fenômeno ainda recente e, conseqüentemente, menos explorada cientificamente quando comparado às investigações realizadas em economias desenvolvidas (García et al., 2017), apesar da importância das economias em desenvolvimento para relevantes organizações internacionais como o Banco Mundial, o International Accounting Standards Board, entre outras (Chen et al., 2011). No geral, as pesquisas internacionais publicadas em *journals* de alto impacto na área contábil e que abordam os efeitos das IFRS sobre o gerenciamento de resultados em países emergentes são pesquisas com amostras

multicontinentais, tratando metodologicamente países desenvolvidos e emergentes como um todo (Armstrong et al., 2010; Barth et al., 2008; Doukakis, 2014; Jeanjean & Stolowy, 2008), acabando por não isolarem fenômenos específicos relacionados ao ambiente institucional das economias emergentes.

Dentre os diversos fatores ligados ao ambiente institucional nos quais as empresas estão inseridas, destaca-se a qualidade regulatória dos países, relacionada à capacidade de os Governos poderem atuar no cumprimento efetivo das normas que são impostas aos agentes de mercado – relacionando-se, portanto, ao nível de *enforcement* legal (Banco Mundial, 2018). Nessa perspectiva, Sunder (2014) argumenta que a medida em que as normas são aplicadas, as violações processadas aos agentes do mercado são tão importantes quanto os próprios padrões contábeis exigidos pelas empresas. Dessa forma, a qualidade da informação financeira estaria em função tanto da qualidade das normas contábeis aplicadas como da sobreposição da regulamentação das normas pelas empresas, ligadas à qualidade regulatória nacional.

Assim, levando em conta a relevância dos fatores institucionais e suas implicações para as práticas contábeis (Ball, Kothari, & Robin, 2000; Landsman et al., 2012; Sunder, 2014), assim como dos impactos das IFRS sobre a qualidade da informação – mais especificamente em torno do gerenciamento de resultados, conforme apontados pela literatura –, adota-se como objetivo geral analisar a influência da adoção mandatória das IFRS sobre a qualidade da informação contábil em empresas de 5 economias emergentes em função de características do ambiente institucional dos países investigados. Especificamente, objetiva-se analisar como a transição dos respectivos GAAPs locais para as IFRS alterou as práticas de gerenciamento de resultados, se diferenciando em função de aspectos relacionados ao processo regulatória dos países.

O desenvolvimento deste estudo contribui para a atual agenda de produção científica contábil em torno da temática em pelo menos três aspectos. Sob um primeiro enfoque, destaca-se a discussão teórica abordada acerca da relevância dos fatores institucionais, bem como o potencial destes nas consequências ligadas à transição dos GAAPs locais para as IFRS. Dessa forma, amplia-se a discussão focada apenas nos efeitos das IFRS sobre a qualidade da informação contábil, buscando-se uma visão mais holística acerca do ambiente institucional e sua relevância no processo contábil.

Sob outro enfoque, destaca-se ainda a amostra deste estudo ao incluir apenas países emergentes, distanciando-se de investigações empíricas semelhantes que incluíram, em sua maioria, países desenvolvidos (Gray et al., 2015). Dessa forma, busca-se um amadurecimento dessa literatura ao apresentar-se resultados oriundo de 14 economias em desenvolvimento – que contribuem de forma significativa para o desenvolvimento econômico de diversas regiões do mundo (García et al., 2017). Por fim, ao apresentar evidências empíricas de uma possível interferência dos aspectos institucionais dos países analisados sobre o gerenciamento de resultados antes e após a adoção das IFRS, destaca-se a oportunidade de que o conteúdo teórico e empírico deste estudo possa levantar discussões à órgãos reguladores, ou mesmo investidores e demais *stakeholders*, quanto a eficiência (ou não) das IFRS enquanto mecanismos de contenção de práticas de manipulação de resultados por parte dos preparadores das informações contábeis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 IFRS e Gerenciamento de Resultados

A adoção das IFRS como emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), de forma geral, resulta na aplicação de um conjunto comum de padrões de relatórios financeiros inicialmente na Europa e Austrália, em 2005, e logo após em muitos outros países que exigem ou permitem sua aplicação (Armstrong et al., 2010). Neste contexto, é possível conjecturar que, em geral, tanto os investidores como o mercado reagem positivamente ao movimento para a adoção de IFRS, uma vez que há a expectativa que estes padrões internacionais resultem em informações de relatórios financeiros de melhor qualidade, tendo, portanto, o potencial de reduzir a assimetria de informações entre a empresa e seus *stakeholders*, diminuindo o risco de informação e, de forma consequente, o custo de capital (Armstrong et al., 2010).

Assim, destacam-se alguns dos benefícios da adoção das IFRS como os de facilitar a comparabilidade, aumentar a transparência dos relatórios, diminuir os custos de informação, reduzir a assimetria da informação e, assim, aumentar a liquidez, a competitividade e a eficiência dos mercados (Ball, 2006). Sob essa perspectiva, Ball, Robin e Wu (2003) comentam que, em tese, as IFRS são mais rigorosas quanto às alternativas contábeis e aos requisitos de mensuração quando comparada as normas locais de diversos países – inclusive os padrões contábeis de economias menos desenvolvidas –, tornando possível que sua aplicação reduza a margem de opções contábeis e limite o critério oportunista de gerenciamento na determinação de valores contábeis.

Com foco nos potenciais benefícios da adoção das IFRS, diversos estudos apontam empiricamente reduções nas práticas de gerenciamento de resultados no período Pós-IFRS (Chen et al., 2010). As evidências são mantidas em estudos realizados com empresas europeias (Barth et al., 2008; Paulo, Girão, Carter, & Souza, 2013), australianas (Chua, Cheong, & Gould, 2012) e, inclusive, considerando amostra de empresas de países emergentes como Brasil (Paulo et al., 2013; Lourenço et al., 2013), China (Ho et al., 2015), e Malásia (Wan Ismail et al., 2013). Estes resultados reforçam a expectativa do aumento da qualidade informacional dos números contábeis nos países que adotaram as IFRS, corroborando a ideia de que esse padrão internacional, de fato, pode melhor evidenciar ao mercado a realidade econômico-financeira das empresas.

Por outro lado, cabe ainda destacar estudos que apresentam resultados contrários, ou seja, de um possível aumento no gerenciamento de resultados no período pós-IFRS (Ball, 2006; Lin et al., 2012); outros que apontam ainda uma relação nula entre os constructos (Jeanjean & Stolowy, 2008). Frente às evidências empíricas contraditórias acerca dos impactos das IFRS sobre o gerenciamento dos lucros contábeis, pressupõe-se a influência do ambiente institucional dos países como possível efeito moderador da qualidade da informação contábil no período pós-IFRS (Landsman et al., 2012).

2.2 Teoria Institucional: Implicações para a Qualidade da Informação

O ambiente institucional é caracterizado a partir da elaboração de normas e exigências dos quais as organizações devem se conformar para obterem apoio e legitimidade do ambiente no qual estão inseridas (Meyer & Scott, 1992) – sendo, portanto, formado por uma rede de instituições formais e informais que regem o comportamento de indivíduos e organizações

(Zenger, Lazzarini, & Poppo, 2000). Sob essa perspectiva, é possível perceber que as empresas pertencentes a determinado mercado, bem como a forma como estas interagem com o meio, sofrem influência do ambiente institucional no qual estão inseridas (Meyer & Scott, 1992). Dessa forma, a perspectiva institucional abandona a concepção de um ambiente formado somente por recursos humanos, materiais e econômicos para destacar a presença de elementos legais e culturais, como valores, símbolos, mitos e sistema de crenças (Carvalho & Viera, 2002).

Assim, de um modo geral, sob os pressupostos da Nova Teoria Institucional, baseia-se a premissa de que as organizações respondem às pressões advindas do ambiente institucional dos quais estão inseridas, adotando estruturas e processos que são socialmente aceitos como sendo a escolha organizacional mais apropriada (Dimmaggio & Powell, 1983). Nessa abordagem, as regras advindas do ambiente criam incentivos para os agentes econômicos, como gestores ou mesmo acionistas controladores, dadas as suas preferências e habilidades cognitivas e a forma como eles moldam os resultados da organização (Bruton et al., 2010; North, 1990).

O entendimento das pressões advindas do ambiente institucional sobre as organizações e os agentes de mercado é objeto de estudo em vários campos da ciência, como na Economia, nas Ciências Políticas e Sociais e na Sociologia (Scott, 2007). É nesse cenário que se observa diversos estudos que apontam a capacidade de o ambiente institucional interferir nas práticas contábeis (Ball et al., 2000; Gray et al., 2015). Sob esse aspecto, em um sentido amplo, é cabível supor que o ambiente institucional tem impacto na valorização de informações financeiras e não financeiras, dado que os fatores institucionais, como a regulamentação e execução, influenciam no desenvolvimento de normas e práticas de Contabilidade. Dessa forma, é cabível supor que fatores relacionados ao ambiente institucional dos países tenham a capacidade de moldar a qualidade dos relatórios financeiros e, por sua vez, afetar a medida em que a informação é incorporada nos preços das transações de mercado (Ariff, Cahan, & Emanuel, 2014).

Analisando de forma específica empresas chinesas, Ball et al. (2000) apresentam, por exemplo, resultados empíricos de que fatores ligados ao ambiente institucional do país, como o sistema legal e de governança corporativa do Estado, interferem no reconhecimento de perdas oportunas conforme evidenciado nos relatórios financeiros divulgados. Com uma amostra predominantemente de empresas de economias emergentes, Ariff et al. (2014) apontam evidências empíricas acerca do *value relevance* do *disclosure* voluntário contido nas demonstrações financeiras das firmas, estando, no entanto, o *value relevance* dessas divulgações atrelados ao nível de propriedade do diretor e da força de características institucionais específicas dos países analisados. No mesmo sentido, Ke, Lennox and Xin (2015) demonstram relevantes evidências na direção de que o ambiente institucional da China interfere na forma de auditoria de companhias abertas do país, gerando implicações importantes para a qualidade da informação contábil da firma.

Frente à discussão levantada, diversos aspectos ligados ao ambiente institucional foram objeto de análise em estudos empíricos como possíveis fatores capazes de moderar de forma específica os potenciais efeitos das IFRS sobre a qualidade da informação contábil, tais como a cultura nacional dos países (Gray et al., 2015), a origem legal (Ball et al., 2000; Daske et al., 2008), os requerimentos legais de *disclosure* (Cohen, Dey, & Lys, 2008), entre outros. Neste

estudo, destaca-se a qualidade regulatória dos países como possível fator institucional capaz de moderar os efeitos das IFRS sobre a informação contábil.

A qualidade regulatória relaciona-se à capacidade de os governos dos países poderem atuar no cumprimento efetivo das normas que são impostas aos agentes de mercado, relacionando-se, portanto, ao nível de *enforcement* legal. Nesse sentido, a qualidade regulatória trata sobre a percepção e capacidade dos Governos formularem e implementarem políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento dos países (World Bank, 2018). Nesse entendimento, a Organisation for Economic Co-operation and Development – OECD (2005) aponta as necessidades de implementação de sistemas regulatórios mais eficientes e menos dispendiosos, capazes de ajudar os governos a prepararem não somente novas regras, como também melhorar as regras existentes. Destarte, melhorar a gestão e a reforma regulatória estão entre as melhores maneiras pelas quais os governos podem promover o desenvolvimento econômico e comercial, requerendo um processo contínuo de ajuste do sistema legal na perspectiva de um eficiente cumprimento das regras estabelecidas pelos normativos impostos aos *players* do mercado (OECD, 2005).

Sunder (2014) argumenta que a medida em que as normas são aplicadas, as violações processadas aos agentes do mercado são tão importantes quanto os próprios padrões contábeis. Nesse caso, a qualidade da informação financeira estaria em função tanto da qualidade das normas contábeis aplicadas como da sobreposição da regulamentação das normas pelas empresas, ligadas à qualidade regulatória dos Governos. Hope (2003) pontua ainda que com a ausência adequada aplicação, mesmo os melhores padrões contábeis serão inconsequentes. Nessa ótica, em uma análise multinacional envolvendo 16 países europeus, Landsman, Maydew and Thornock (2012) apresentam resultados empíricos de uma melhoria do conteúdo informacional contábil após a adoção da IFRS, estando, no entanto, essa melhoria condicionada ao sistema regulatório dos países analisados.

Destarte, dado que as IFRS se destinam a ser um único conjunto de padrões de Contabilidade de alta qualidade para promover informações transparentes e comparáveis para informar as decisões econômicas (Chen et al., 2010); levando em consideração ainda as intensas discussões por parte de órgãos reguladores acerca do potencial de melhoria da qualidade informação por meio das IFRS especificamente para economias emergentes (IASB, 2016), bem como da crescente mobilização de diversos países na implementação dessas normas, pressupõe-se uma melhor qualidade informacional dos números contábeis após a adoção das IFRS por meio de uma redução das práticas de gerenciamento de resultados por *accruals*. Assim, considerando ainda uma possível relação entre as práticas de manipulação de lucros e a qualidade regulatória dos países, bem como a influência deste fator institucional sobre a qualidade da informação antes e após a adoção das IFRS, levanta-se a seguinte hipótese de pesquisa:

Hipótese de pesquisa: A melhoria da qualidade da informação contábil é maior, quando da adoção das IFRS, em países com maiores níveis de qualidade regulatória.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Amostra do estudo e abordagem *Difference-in-Difference*

A amostra do estudo é composta por empresas oriundas de países emergentes, tomando-se como período de análise a janela temporal de 2007 a 2016. Para categorização das economias emergentes, considerou-se a classificação proposta pelo Fundo Monetário Internacional – FMI (2011). Após um levantamento das informações econômico-financeira das empresas dos países selecionados na base Compustat, realizou-se uma pesquisa junto ao site do IFRS Foundation (2018) sobre quais destas economias já haviam adotado as IFRS de forma mandatória no período analisado, obtendo-se, inicialmente, 11 economias emergentes que adotaram o padrão internacional em diferentes períodos na janela temporal analisada. Em consonância com a abordagem *Difference-in-Difference* (*Diff-in-Diff*), tornou-se necessária a seleção apenas de empresas oriundas de países onde a adoção das IFRS tornou-se mandatória no mesmo ano-base, na perspectiva de controlar-se econometricamente o choque exógeno analisado, que nesse estudo trata-se da adoção do padrão internacional.

Nesse sentido, salienta-se que o desenvolvimento de estudos com abordagem *Diff-in-Diff* não é um fenômeno recente (Ahmed et al., 2013; Chen, Ng, & Tsang, 2014; Daske et al., 2008; DeFond et al., 2014). Assim, ao abranger apenas empresas oriundas de países emergentes, tanto para o grupo de análise (adotantes das IFRS) quanto para o grupo de controle (não-adotantes das IFRS), esperam-se estimações mais robustas através da aplicação da metodologia *Diff-in-Diff*, inclusive permitindo a comparação com estudos que utilizaram da mesma abordagem com amostras de países desenvolvidos.

Assim, cinco países foram selecionados, por observar o período de 31/12/2012 como o ano de em que o maior número das economias emergentes selecionadas tornou obrigatória a adoção ao padrão IFRS (grupo de análise). Ainda em consonância com a abordagem *Diff-in-Diff*, outras cinco economias emergentes em que as IFRS não se tornaram obrigatória no período analisado foram selecionadas (grupo de controle). Devido ao evidente desbalanceamento do número de observações entre o grupo de análise (10.225 observações) e o grupo de controle (37.388), aplicou-se a metodologia Propensity Score Matching (PSM) na perspectiva de equilibrar o número de observações entre ambos os grupos, assim como realizado em estudos anteriores (Chen et al., 2014; Houston, Jiang, Lin, & Ma, 2014; Shipman, Swanquist, & Whited, 2016). Dessa forma, um segundo grupo de controle também foi analisado, formado por empresas oriundas de países não adotantes das IFRS após a aplicação da metodologia PSM. O número de observações do grupo de análise e controle podem ser visualizados conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Amostra do estudo

PAINEL A: Adotantes das IFRS

Países	Adoção das IFRS	Pré-IFRS		Pós-IFRS		Total	
		Período	N	Período	N	Período	N
1 Malásia	31/12/2012	2007-2011	4.402	2012-2016	2.082	2007-2016	6.484
2 México	31/12/2012	2007-2011	715	2012-2016	401	2007-2016	1.116
3 Nigéria	31/12/2012	2007-2011	421	2012-2016	35	2007-2016	456
4 Peru	31/12/2012	2007-2011	640	2012-2016	366	2007-2016	1.006
5 Rússia	31/12/2012	2007-2011	427	2012-2016	736	2007-2016	1.163
TOTAL		-	6.605	-	3.620	-	10.225

PAINEL B: Não Adotantes das IFRS – Total

Países	Adoção das IFRS	Análise		Total	
		Período	N	Período	N
1 China	-	2007-2016	28.944	2007-2016	28.944
2 Egito	-	2007-2016	478	2007-2016	478
3 Índia	-	2007-2016	646	2007-2016	646
4 Tailândia	-	2007-2016	5.140	2007-2016	5.140
5 Vietnam	-	2007-2016	2.180	2007-2016	2.180
TOTAL		-	37.388	-	37.388

PAINEL C: Não Adotantes das IFRS – PSM

Países	Adoção das IFRS	Análise		Total	
		Período	N	Período	N
1 China	-	2007-2016	7.691	2007-2016	7.691
2 Egito	-	2007-2016	138	2007-2016	138
3 Índia	-	2007-2016	180	2007-2016	180
4 Tailândia	-	2007-2016	1.625	2007-2016	1.625
5 Vietnam	-	2007-2016	591	2007-2016	591
TOTAL		-	10.225	-	10.225

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018)

3.2 Mensuração das Variáveis

3.2.1 Gerenciamento de Resultados

A literatura tem proposto diversas formas de mensuração para a qualidade da informação contábil, como o *value relevance* (Barth et al., 2008), o conservadorismo (LaFond & Watts, 2008), a persistência dos lucros (Dechow & Ge, 2006), entre outros. Nesse sentido, destaca-se o gerenciamento de resultados como uma das formas mais abordadas nos estudos científicos (Martinez, 2013), dada suas implicações para o mercado de capitais e seus agentes econômicos.

Nesse sentido, considerou-se o montante de *accruals* discricionários como *proxy* para o gerenciamento de lucros. Destaca-se o modelo para detecção de *accruals* propostos por Jones (1991), e posteriormente sua modificação por diversos autores à medida em que buscava-se corrigir suas limitações. Optou-se pelo modelo de Pae (2005), que propõe mitigar o problema da especificação errônea do modelo de Jones (1991) por meio da adição de variáveis de controle não contempladas no modelo original proposto pelo autor (Paulo, 2007). Assim, os resultados empíricos de Pae (2005) comprovam que a inclusão dessas variáveis melhora significativamente o poder explicativo do modelo de Jones (1991).

As estimativas de *accruals* discricionários de acordo com Pae (2005) podem ser expressas em três etapas. Primeiro, inicia-se com um modelo de expectativa para acumulações totais (TA_{it}) para controlar as mudanças nas circunstâncias econômicas, conforme representado na Equação (1). Em seguida, os coeficientes estimados da Equação 1 são usados para estimar os *accruals* não discricionários (NA_{it}) específicos da empresa, conforme observado na Equação 2. Finalmente, os *accruals* discricionários (DA_{it}) são a diferença entre o total de *accruals* e os *accruals* não discricionários, de acordo com a Equação 3. Pae (2005) aponta a relevância das defasagens temporais do fluxo de caixa operacional e dos *accruals* como determinantes na equação, o que parece não ser discutido em outros modelos de captação de *accruals* previsto pela literatura.

$$\frac{TA_{it}}{A_{it-1}} = \beta_0 \frac{1}{A_{it-1}} + \beta_1 \frac{\Delta Sales_{it}}{A_{it-1}} + \beta_2 \frac{GPPE_{it}}{A_{it-1}} + \lambda_1 \frac{CF_{it}}{A_{it-1}} + \lambda_2 \frac{CF_{it-1}}{A_{it-1}} + \lambda_3 \frac{TA_{it-1}}{A_{it-1}} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

$$NA_{it} = \hat{\beta}_0 \frac{1}{A_{it-1}} + \hat{\beta}_1 \frac{\Delta Sales_{it}}{A_{it-1}} + \hat{\beta}_2 \frac{GPPE_{it}}{A_{it-1}} + \hat{\lambda}_1 \frac{CF_{it}}{A_{it-1}} + \hat{\lambda}_2 \frac{CF_{it-1}}{A_{it-1}} + \hat{\lambda}_3 \frac{TA_{it-1}}{A_{it-1}} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

$$DA_{it} = \left(\frac{TA_{it}}{A_{it-1}} \right) - NA_{it} \quad (3)$$

em que:

TA_{it} = total de *accruals* discricionários da firma i no período t ;

A_{it} = ativo total;

$\Delta Sales_{it}$ = variação da receita líquida da firma i do período $t-1$ para o período t ;

$GPPE_{it}$ = ativo imobilizado bruto da firma i no período t ;

CF_{it} = fluxo de caixa operacional da firma i no período t ;

NA_{it} = total de *accruals* não discricionários da firma i no período t ;

DA_{it} = total de *accruals* discricionários da firma i no período t ;

ε_{it} = termo de erro da regressão.

Seguindo o proposto por Doukakis (2014), Chen et al. (2010) e Cohen et al. (2008), os modelos foram estimados em *clusters* com pelo menos oito observações, segregando-se as estimações dos parâmetros para cada ano e setor. Usando essa abordagem, espera-se controlar parcialmente as mudanças econômicas dos setores que podem afetar as variáveis dependentes e permitir que os coeficientes variem ao longo do tempo.

3.2.2 Qualidade Regulatória e variáveis de controle

Seguindo o proposto por Doukakis (2014), Chen et al. (2010) e Cohen et al. (2008), a qualidade regulatória dos países foi mensurada, ano a ano, por meio do índice Regulatory Quality, desenvolvido pelo Banco Mundial (2018). Nesse sentido, “a qualidade regulatória capta a percepção da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado” (Banco Mundial, 2018). Mais de 50 itens relacionados ao cenário macroeconômico e político são ponderados no cálculo do índice mencionado, como por exemplo a (i) intensidade da competição local, (ii) liberdade financeira, (iii) regulação dos preços de *commodities* e combustíveis pelo Estado, (iv) fatores relacionados à regulamentação alfandegárias, comerciais, trabalhistas e fiscais, entre outros aspectos. A pontuação dos países, catalogadas por ano, varia de 0, para países com qualidade regulatória inferior, a 100, para países com qualidade regulatória superior.

Buscando estimativas mais robustas, com base em uma extensa literatura (Ahmad-Zaluki et al., 2011; Chen et al., 2010; Cohen et al., 2008; Doukakis, 2014; Flores et al., 2016; Jeanjean & Stolowy, 2008), foram adicionadas as variáveis de controle, ao nível da firma, tamanho da empresa (*SIZE*), rentabilidade (*EBIT*), alavancagem (*DEBT*), fluxo de caixa operacional (*NETCASH*) e crescimento (*GROWTH*). Optou-se ainda pela inserção da variável *GDP*, ao nível de país, que representa o produto interno produto como *proxy* para o desenvolvimento econômico dos países (Paulo & Mota, 2017). A seleção destas variáveis pautou-se em fundamentações empíricas de estudos anteriores que apontaram relação destas

com os níveis de gerenciamento de resultados das empresas. A fundamentação teórica, *proxy* e fonte de dados para cada variável de controle selecionada estão evidenciados no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis dependente, independente e de controle

Dimensão	Variável	Proxy	Fundamentação Teórica	Fonte
Dependente	Qualidade da Informação – Gerenciamento de Resultado (<i>/DA/</i>)	Valor absoluto do montante de <i>accruals</i> discricionários Pae (2005)	Dechow e Ge (2006); Doukakis (2014); Ho et al. (2015); Pae (2005); Paulo (2007)	Compustat Database
Independente	Qualidade Regulatória dos países (<i>REGULAR</i>)	Índice de Qualidade Regulatória dos países, para cada país e ano analisados	Doukakis (2014); Chen et al. (2010); Cohen et al. (2008)	Banco Mundial
	Adoção das IFRS (<i>IFRS</i>)	Variável <i>dummy</i> que assume 1 para empresas de países que adotaram de forma mandatária as IFRS e 0, caso contrário	Doukakis (2014); Chen et al. (2010); Cohen et al. (2008)	Compustat Database
	Período Pós-IFRS (<i>POST</i>)	Variável <i>dummy</i> que assume 1 para empresas no período pós-IFRS e 0, caso contrário	Doukakis (2014); Chen et al. (2010); Cohen et al. (2008)	Compustat Database
Controle (nível empresa)	Rentabilidade (<i>EBIT</i>)	Lucro líquido antes dos impostos e juros escalonado pelo ativo total	Doukakis (2014); Flores et al. (2016);	Compustat Database
	Tamanho (<i>SIZE</i>)	Logaritmo natural do ativo total	Doukakis (2014); Flores et al. (2016)	Compustat Database
	Endividamento (<i>DEBT</i>)	Passivo total escalonado pelo ativo total	Chen et al. (2010); Flores et al. (2016)	Compustat Database
	Fluxo de Caixa Operacional (<i>CASH</i>)	Fluxo de caixa operacional líquido escalonado pelo ativo total	Barth et al. (2008); Lang et al. (2006)	Compustat Database
	Crescimento (<i>GROWTH</i>)	Percentual de crescimento da receita do ano <i>t-1</i> para o ano <i>t</i>	Chen et al. (2010); e Flores et al. (2016)	Compustat Database
Controle (nível país)	Produto Interno Produto (<i>GDP</i>)	Logaritmo do PIB do país	Chen et al. (2010); Flores et al. (2016);	Banco Mundial

Fonte: Elaborada a partir de diversos autores (2018)

3.3 Aspectos Econométricos

O modelo econométrico proposto considera o valor absoluto do montante de *accruals* discricionários como variável dependente, e a qualidade regulatória dos países e a adoção das IFRS, como variáveis independentes. Assim, uma representação do modelo proposto apresenta-se conforme equação 4:

$$\begin{aligned}
 |DA|_{it} = & \alpha_0 + \beta_1 REGULAR_{jt} + \beta_2 IFRS_{it} + \beta_3 POST_{it} + \beta_4 POST_{it} \times IFRS_{it} \\
 & + \beta_5 IFRS_{it} \times POST_{it} \times REGULAR_{jt} + \beta_6 SIZE_{it} + \beta_7 EBIT_{it} + \beta_8 DEBT_{it} \\
 & + \beta_9 NETCASH_{it} + \beta_{10} GROWTH_{it} + \beta_{11} GDP_{jt} + \sum_{n=1}^5 \delta_n YEAR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4)
 \end{aligned}$$

em que:

$|DA|$ = módulo do montante dos *accruals* discricionários da firma i no período t ;

$IFRS$ = variável *dummy* que assume 1 para firma i no período t em países que adotaram as IFRS de forma mandatória dentro do período analisado e 0, caso contrário;

$POST$ = variável *dummy* que assume 1 para da firma i no período t referentes à períodos pós-IFRS e 0, caso contrário.;

$REGULAR$ = índice Regulatory Quality para o país j no ano t ;

$SIZE$ = tamanho da da firma i no período t ;

$EBIT$ = rentabilidade da firma i no período t ;

$DEBT$ = endividamento da firma i no período t ;

$NETCASH$ = fluxo de caixa da firma i no período t ;

$GROWHT$ = crescimento da firma i no período t ;

GDP = produto interno bruto;

Dessa forma, a principal variável relativa ao objeto de investigação deste estudo é $\beta_5 IFRS_{it} \times POST_{it} \times REGULAR_{jt}$. Assim, conforme fundamentação teórica, espera-se que o coeficiente β_5 seja estatisticamente diferente de zero e tenha sinal negativo, sugerindo que a melhora da informação contábil após a adoção das IFRS é maior em países com maiores níveis de qualidade regulatória.

Tendo em vista o truncamento da variável dependente, por considerar-se o módulo do montante de *accruals* discricionários da firma, os coeficientes da equação foram estimados pelo modelo de Tobit (1958). Os parâmetros estimados são robustos à heteroscedasticidade (White, 1980), considerando ainda a aplicação do Variance Inflation Factor (VIF) na perspectiva de controlar-se possíveis efeito de multicolinearidade. As variáveis contínuas foram winsorizadas à 1% para mitigação de efeitos de *outliers*.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 3 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis contínuas, segregando-se as análises por grupo de análise – empresas de países adotantes das IFRS – e grupos de controle – empresas de países não-adotantes das IFRS. No geral, é possível observar-se que a média do montante de *accruals* discricionários das empresas do grupo de análise (0,0615) é superior à média das empresas do grupo de controle total (0,0523), porém inferior ao do grupo de controle PSM (0,0647). Resultados semelhantes são obtidos quando em análise da mediana da variável $|DA|$ para os três grupos analisados, sinalizando-se, portanto, uma melhor qualidade da informação contábil, em média, para as empresas do grupo de análise quando em comparação apenas com as empresas do grupo de controle PSM.

Tabela 3 – Estatística Descritiva

Adotantes das IFRS (Grupo de Análise)							
	N	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Coefficiente de Variação
<i>/DA/</i>	6.687	0,0615	0,0351	0,0811	0,0006	0,4403	1,3190
<i>SIZE</i>	6.687	6,9865	6,5290	2,4379	-0,6125	16,6518	0,3489
<i>EBIT</i>	6.687	0,0869	0,0862	0,0986	-0,2212	0,3328	1,1354
<i>DEBT</i>	6.687	0,4405	0,4252	0,2305	0,0475	1,2266	0,5231
<i>NETCASH</i>	6.687	0,0671	0,0645	0,0962	-0,2166	0,3356	1,4343
<i>GROWTH</i>	6.687	0,0918	0,0579	0,3752	-0,6351	2,6891	4,0846
Não Adotantes das IFRS – Total (Grupo de Controle)							
	N	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Coefficiente de Variação
<i>/DA/</i>	26.160	0,0523	0,0327	0,0654	0,0006	0,4403	1,2501
<i>SIZE</i>	26.160	8,4361	8,0140	1,9782	0,3464	18,1065	0,2345
<i>EBIT</i>	26.160	0,0727	0,0675	0,0784	-0,2212	0,3328	1,0775
<i>DEBT</i>	26.160	0,4599	0,4550	0,2278	0,0475	1,2266	0,4953
<i>NETCASH</i>	26.160	0,0536	0,0498	0,0874	-0,2166	0,3356	1,6305
<i>GROWTH</i>	26.160	0,1559	0,0897	0,4308	-0,6351	2,6891	2,7641
Não Adotantes das IFRS – PSM (Grupo de Controle)							
	N	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo	Coefficiente de Variação
<i>/DA/</i>	6.687	0,0647	0,0401	0,0781	0,0006	0,4403	1,2067
<i>SIZE</i>	6.687	8,9659	8,0683	2,7478	0,3464	17,8542	0,3065
<i>EBIT</i>	6.687	0,0954	0,0914	0,1011	-0,2212	0,3328	1,0595
<i>DEBT</i>	6.687	0,4787	0,4697	0,2524	0,0475	1,2266	0,5273
<i>NETCASH</i>	6.687	0,0731	0,0703	0,1096	-0,2166	0,3356	1,4995
<i>GROWTH</i>	6.687	0,0971	0,0566	0,3771	-0,6351	2,6891	3,8857

Nota: Grupo de controle é formado por observações ano-empresas dos países que adotaram de forma mandatória as IFRS (Malásia, México, Nigéria, Peru e Rússia). Não adotantes IFRS – Total contempla as observações ano-empresas totais dos países do grupo de controle que não adotaram as IFRS (China, Egito, Índia, Tailândia e Vietnam). Não adotantes IFRS – PSM contempla as observações dos países do grupo de controle após a seleção por meio da metodologia PSM. */DA/* = valor absoluto do montante de *accruals* discricionários com base no modelo de Pae (2005). *SIZE* = logaritmo natural do ativo total. *EBIT* = lucro antes dos juros e impostos escalonado pelo ativo total. *DEBT* = passivo total escalonado pelo ativo total. *NETCASH* = lucro operacional líquido escalonado pelo ativo total. *GROWTH* = percentual de variação da receita líquido de t-1 para t. Variáveis winzorizadas à 1%.

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018)

Buscando-se um aprofundamento das análises, a Tabela 4 contempla os testes de diferenças de médias e medianas no período Pre e Pós-IFRS acerca do montante de *accruals* discricionários das empresas. No geral, destaca-se que para a amostra analisada de todos os países analisados, há uma diminuição da média e da mediana dos *accruals* discricionários no período de adoção das IFRS, com exceção da Malásia onde as diferenças das medianas não foi significativa ao nível de 10%. Assim, os resultados apontam uma melhora da qualidade da informação contábil no período pós-IFRS, mesmo em economias emergentes, alinhando-se aos resultados empíricos apresentados em outros estudos realizados com amostras de países emergentes (Lourenço et al., 2013; Ho et al., 2015; Wan Ismail et al., 2013).

Tabela 4 – Diferença de médias/medianas dos *accruals* discricionários – Pre e Pós-IFRS

País	Pre-IFRS			Pós-IFRS			<i>t</i> de Student	<i>u</i> de Mann-Whitney
	N	Média	Mediana	N	Média	Mediana		
Malásia	2.142	0,0646	0,0356	1.987	0,0599	0,0322	1,739*	1,087
México	355	0,0498	0,0357	383	0,0438	0,0282	1,558**	3,027***
Nigéria	251	0,0782	0,0495	25	0,0411	0,0285	2,141**	2,260**
Peru	337	0,0580	0,0349	353	0,0366	0,0264	4,565***	3,490***
Rússia	222	0,0961	0,0560	632	0,0705	0,0439	3,608***	2,865***

*, **, e *** denotam significância estatística a nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018)

A Tabela 5 apresenta a matriz de correlação das variáveis independentes contínuas analisadas no modelo. Em sentido amplo, constata-se uma correlação significativa entre o montante absoluto de *accruals* discricionários e todas as variáveis de controle selecionadas – confirmando-se a relevância das variáveis independentes utilizadas nas estimações dos parâmetros do modelo proposto.

Nesse entendimento, ainda com base na Tabela 5, é possível constatar-se uma relação negativa entre o montante absoluto de *accruals* discricionários e as variáveis de controle *SIZE*, *EBIT*, *NETCASH* e *GDP*, sugerindo uma maior qualidade da informação contábil para empresas de maior porte, com melhor desempenho operacional, com maiores volumes de geração de caixa operacional e de países mais desenvolvidos. Estudos anteriores confirmam os resultados apresentados (Barth et al., 2008; Chen et al., 2010; Doukakis, 2014; Flores et al., 2016; Lang et al., 2006). Ainda sob esse enfoque, apontam-se ainda evidências de correlação positiva entre os *accruals* discricionários e as variáveis *REGULAR*, *DEBT* e *GROWTH*.

Tabela 5 – Matriz de correlação (Variáveis contínuas)

	DA	REGULAR	SIZE	EBIT	DEBT	NETCASH	GROWTH	GDP
DA	1,0000							
REGULAR	0,0220***	1,0000						
SIZE	-0,1001***	-0,4683***	1,0000***					
EBIT	-0,1368***	0,0303***	0,1930***	1,0000				
DEBT	0,1002***	-0,0920***	0,2362***	-0,2391***	1,0000			
NETCASH	-0,1001***	0,0533***	0,0866***	0,5744***	-0,1532***	1,0000		
GROWTH	0,1512***	-0,0707***	0,0442***	0,1702***	0,0118**	0,0007	1,0000	
GDP	-0,0999***	-0,5479***	-0,0103*	-0,1784***	0,0144**	-0,1253***	0,0781***	1,0000

Nota: Coeficientes de correlação de Pearson calculado com base no total observações ano-empresa dos grupos de análise de controle. *|DA|* = valor absoluto do montante de *accruals* discricionários com base no modelo de Pae (2005). *REGULAR* = qualidade regulatória dos países analisados. *SIZE* = logaritmo natural do ativo total. *EBIT* = lucro antes dos juros e impostos escalonado pelo ativo total. *DEBT* = passivo total escalonado pelo ativo total. *NETCASH* = lucro operacional líquido escalonado pelo ativo total. *GROWTH* = percentual de variação da receita líquido de t-1 para t. *GDP* = logaritmo natural do PIB anual dos países analisados. Variáveis contínuas winzorizadas à 1%.

*, **, e *** denotam significância estatística a nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018)

A Tabela 6 contempla os modelos estimados que investigam os efeitos das IFRS e da qualidade regulatória sobre o gerenciamento de resultados, segregando-se as estimações por grupo de controle total e após a aplicação da metodologia PSM para melhor equalização das amostras entre o grupo de análise e o de controle. Em todas as estimações realizadas, é possível destacar-se coeficientes negativos da variável *REGULAR*, sugerindo que empresas de países com melhor qualidade regulatória apresentam um menor nível de gerenciamento de

resultados, alinhando-se ao *framework* teórico proposto por Sunder (2014) e Hope (2003). Assim, em média, apontam-se indícios de que empresas de países com melhor qualidade regulatória apresentam uma superior qualidade da informação contábil quando comparada às empresas de outros países.

Tabela 6 – Relação entre a qualidade da informação, a adoção das IFRS e a qualidade regulatória dos países

Variáveis	Grupo de Controle:	
	Não Adotantes IFRS – Total	Não Adotantes IFRS – PSM
β_1 REGULAR	-0,0290*** (0,002)	-0,0310*** (0,002)
β_2 IFRS	-0,0037** (0,002)	-0,0047** (0,002)
β_3 POST x IFRS	0,0085*** (0,002)	0,0056* (0,003)
β_4 REGULAR x IFRS x POST	-0,0165*** (0,003)	-0,0067* (0,004)
β_5 SIZE	-0,0061*** (0,000)	-0,0060*** (0,000)
β_6 EBIT	-0,1189*** (0,006)	-0,1399*** (0,009)
β_7 DEBT	0,0289*** (0,002)	0,0368*** (0,003)
β_8 NETCASH	-0,0067*** (0,005)	0,0132 (0,008)
β_9 GROWTH	0,0315 (0,001)	0,0240*** (0,002)
β_{10} GDP	-0,0106*** (0,000)	-0,0060*** (0,001)
constante	0,1737*** (0,003)	0,1472*** (0,006)
Dummies de Ano	Yes	Yes
N	32.847	13.374
χ^2 test	3.404,10	1.246,48***
Pseudo-R ²	0,0413	0,0419

Nota: $|DA|$ = valor absoluto do montante de *accruals* discricionários com base no modelo de Pae (2005). *SIZE* = logaritmo natural do ativo total. *EBIT* = lucro antes dos juros e impostos escalonado pelo ativo total. *DEBT* = passivo total escalonado pelo ativo total. *NETCASH* = lucro operacional líquido escalonado pelo ativo total. *GROWTH* = percentual de variação da receita líquido de t-1 para t. *GDP* = logaritmo natural do PIB anual dos países analisados. Grupo de controle é formado por observações ano-empresas dos países que adotaram de forma mandatória as IFRS (Malásia, México, Nigéria, Peru e Rússia). Não adotantes IFRS – Total contempla as observações ano-empresas totais dos países do grupo de controle que não adotaram as IFRS (China, Egito, Índia, Tailândia e Vietnam). Não adotantes IFRS – PSM contempla as observações dos países do grupo de controle após a seleção por meio da metodologia PSM. Modelos estimados em Tobit (1957). Variáveis contínuas winzorizadas à 1%.

*, **, e *** denotam significância estatística a nível de 10%, 5% e 1%, respectivamente.

Fonte: Elaborada a partir dos dados da pesquisa (2018)

Ainda com base na Tabela 6, destaca-se o coeficiente da interação entre as variáveis *POST x IFRS* apresenta sinal positivo, inferindo-se que após a adoção do padrão internacional, em relação ao grupo de controle total e PSM, as empresas adotantes das IFRS apresentam uma piora da qualidade da informação contábil no período Pós-IFRS. Em sentido contrário, no entanto, é possível destacar-se um coeficiente negativo e significativo para a interação entre as variáveis *REGULAR x IFRS x POST*. Destarte, os resultados sinalizam na direção de que

empresas adotantes das IFRS, quando em comparação com as empresas de países não adotantes total e PSM, apresentam uma melhora da informação contábil no período pós-IFRS apenas em países com maiores níveis de qualidade regulatória – confirmando-se a hipótese de pesquisa proposta.

Frente aos resultados apresentados, destaca-se ainda coeficientes significantes e negativos para as variáveis de controle *SIZE*, *EBIT* e *GDP*, e positivos para *DEBT* e *GROWTH*, confirmando os achados empíricos prévios propostos pela literatura (eg., Chen et al., 2010; Doukakis, 2014; Flores et al., 2016; Lang et al., 2006). Assim, levantam-se indícios de que empresas maiores, com maior rentabilidade, menores níveis de endividamento, com menor crescimento e de países de maior PIB, apresentam, em média, melhor qualidade da informação divulgada.

Na perspectiva de confirmação dos resultados empíricos analisados, foram estimados ainda o montante de *accruals* discricionários pelos modelos de Dechow et al. (1995) e Kothari, Leone and Wasley (2005). Os resultados obtidos, não apresentados por parcimônia, confirmaram o coeficiente negativo para a interação entre as variáveis *REGULAR* x *IFRS* x *POST*, ratificando os achados obtidos na Tabela 6. Assim, reforçam-se os indícios de uma melhora da informação contábil no período Pós-IFRS em países onde há uma maior capacidade de os Governos atuarem no cumprimento efetivo das normas.

Portanto, frente aos resultados apresentados, constata-se a relevância da qualidade regulatória na direção de uma melhora da informação contábil no período Pós-IFRS em países emergentes, confirmando-se os achados de Landsman et al. (2012) em economias desenvolvidas. Nesse sentido, à luz da Nova Teoria Institucional, sob o viés do pilar normativo (North, 1990), destaca-se o papel dos agentes reguladores na cobrança e acompanhamento da implementação das IFRS para promoção de informações contábeis de maior qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À despeito das discussões científicas acerca dos efeitos da adoção das IFRS sobre a qualidade da informação contábil, os resultados empíricos obtidos pela literatura são conflitantes. Nesse entendimento, discussões mais precisas sobre este fenômeno em países menos desenvolvidos são ainda menos frequentes, considerando o fato de a adoção mandatória das IFRS nesses países ser considerada um fenômeno recente quando comparado às economias desenvolvidas. Assim, tendo em vista a relevância do processo regulatório como fator chave no desenvolvimento da qualidade da informação reportada, o presente estudo analisou a influência da adoção mandatória das IFRS sobre a qualidade da informação contábil em empresas de economias emergentes em função de características do ambiente institucional dos países investigados. Os resultados obtidos confirmaram a hipótese de pesquisa proposta, à luz da Nova Teoria Institucional, de que a melhoria da qualidade da informação contábil é maior, quando da adoção das IFRS, em países com maiores níveis de qualidade regulatória.

Assim, reforçam-se as expectativas por parte de órgãos reguladores, investidores e demais partes interessadas acerca do potencial das IFRS em melhorar a qualidade da informação contábil divulgada, no que tange, inclusive, aos países emergentes. No entanto, sinaliza-se que uma melhora da informação quando da adoção desse padrão internacional parece estar condicionada a fatores ligados ao processo regulatório por parte de agentes econômicos incumbidos de procederem no fiel cumprimento daquilo que é preconizado nas

normas. Dessa forma, mesmo quando da adoção mandatória de padrões contábeis de qualidade superior em comparação ao GAAP local dos países, é possível que empresas não experimentem uma melhora dos números contábeis divulgados por falta de exigências legais acerca de seu efetivo cumprimento.

Os resultados obtidos, portanto, reinteram a relevância de estudos empíricos, principalmente os que tratam da temática de forma *cross-country*, considerarem em suas análises variáveis ligadas ao ambiente institucional dos quais as empresas estão inseridas. Nesse entendimento, vislumbram-se ainda o desenvolvimento de estudos futuros que considerem em suas análises outras dimensões relacionadas à qualidade da informação contábil reportada, como o *value relevance*, o conservadorismo, etc.; ou mesmo com a implementação de outras *proxies* das quais o gerenciamento de resultados poderia ser analisado que não o gerenciamento por *accruals*.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, A. S., Neel, M., & Wang, D. (2013). Does mandatory adoption of IFRS improve accounting quality? Preliminary evidence. *Contemporary Accounting Research*, 30(4), 1344-1372.
- Ahmed, K., Chalmers, K., & Khelif, H. (2013). A meta-analysis of IFRS adoption effects. *The International Journal of Accounting*, 48(2), 173-217.
- Armstrong, C. S., Barth, M. E., Jagolinzer, A. D., & Riedl, E. J. (2010). Market reaction to the adoption of IFRS in Europe. *The Accounting Review*, 85(1), 31-61.
- Ariff, A. M., Cahan, S. F., & Emanuel, D. M. (2013). Institutional environment, ownership, and disclosure of intangibles: evidence from East Asia. *Journal of International Accounting Research*, 13(1), 33-59.
- Banco Mundial (2018). Regulatory Quality: concept measured. Disponível em: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/pdf/rq.pdf>. Acesso em 11 abril 2018.
- Ball, R., Robin, A., & Wu, J. S. (2003). Incentives versus standards: properties of accounting income in four East Asian countries. *Journal of Accounting and Economics*, 36(1), 235-270.
- Ball, R. (2006). IFRS: Pros and Cons for Investors. *Accounting & Business Research*, 36(4), 5-27.
- Ball, R., Kothari, S. P., & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 29(1), 1-51.
- Ball, R., Robin, A., & Wu, J. S. (2000). Accounting standards, the institutional environment and issuer incentives: Effect on timely loss recognition in China. *Asia-Pacific journal of Accounting & Economics*, 7(2), 71-96.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498.
- Carvalho, C. A., Viera, M. M. F. (2002). Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação. *Organizações e Trabalho, Oeiras*, 28(1), 27-47.
- Chen, H., Tang, Q., Jiang, Y., & Lin, Z. (2010). The role of international financial reporting standards in accounting quality: Evidence from the European Union. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 21(3), 220-278.

- Chen, F., Hope, O. K., Li, Q., & Wang, X. (2011). Financial reporting quality and investment efficiency of private firms in emerging markets. *The Accounting Review*, 86(4), 1255-1288.
- Chen, L., Ng, J., Tsang, A. (2014). The effect of mandatory IFRS adoption on international cross-listings. *The Accounting Review*, 90(4), 1395-1435.
- Chua, Y. L., Cheong, C. S., & Gould, G. (2012). The impact of mandatory IFRS adoption on accounting quality: Evidence from Australia. *Journal of International Accounting Research*, 11(1), 119-146.
- Cohen, D. A., Dey, A., Lys, T. Z. (2008). Real and accrual-based earnings management in the pre-and post-Sarbanes-Oxley periods. *The Accounting Review*, 83(3), 757-787.
- Daske, H., Hail, L., Leuz, C., Verdi, R. (2008). Mandatory IFRS reporting around the world: Early evidence on the economic consequences. *Journal of Accounting Research*, 46(5), 1085-1142.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, 70(2)193-225.
- Dechow, P. M., Ge, W. (2006). The persistence of earnings and cash flows and the role of special items: Implications for the accrual anomaly. *Review of Accounting Studies*, 11(2-3), 253-296.
- DeFond, M., Hung, M., Li, S., Li, Y. (2014). Does mandatory IFRS adoption affect crash risk? *The Accounting Review*, 90(1), 265-299.
- Dimmaggio, P., Powell, W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.
- Doukakis, L. C. (2014). The effect of mandatory IFRS adoption on real and accrual-based earnings management activities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33(6), 551-572.
- FMI (2011). Classifications of Countries Based on their Level of Development: How it is Done and How it Could Be done. Recuperado de <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/Classifications-of-Countries-Basedon-their-Level-of-Development-How-it-is-Done-and-How-it-24628>
- García, M. D. P. R., Alejandro, K. A. C., Sáenz, A. B. M., Sánchez, H. H. G. (2017). Does an IFRS adoption increase value relevance and earnings timeliness in Latin America? *Emerging Markets Review*, 30(1), 155-168.
- Gray, S. J., Kang, T., Lin, Z., & Tang, Q. (2015). Earnings management in Europe post IFRS: do cultural influences persist? *Management International Review*, 55(6), 827-856.
- Ho, L. C. J., Liao, Q., & Taylor, M. (2015). Real and accrual-based earnings management in the pre-and post-IFRS periods: evidence from China. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 26(3), 294-335.
- Houston, J. F., Jiang, L., Lin, C., & Ma, Y. (2014). Political connections and the cost of bank loans. *Journal of Accounting Research*, 52(1), 193-243.
- IASB. (2016). The benefits of IFRS Standards to emerging economies, 2016. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/-/media/feature/news/speeches/hans-hoogervorst-the-benefits-of-ifrs-standards-to-emerging-economies-nov-2016.pdf>>. Acesso em 04 out 2017.

- Jeanjean, T., Stolowy, H. (2008). Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. *Journal of Accounting and Public Policy*, 27(6), 480-494.
- Joia, R. M., & Nakao, S. H. (2014). Adoção de IFRS e gerenciamento de resultado nas empresas brasileiras de capital aberto. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 8(1), 22-38.
- Ke, B., Lennox, C. S., & Xin, Q. (2014). The effect of China's weak institutional environment on the quality of Big 4 audits. *The Accounting Review*, 90(4), 1591-1619.
- La Porta, R., Lopez-De-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1997). Legal determinants of external finance. *The Journal of Finance*, 52(3), 1131-1150.
- LaFond, R., & Watts, R. L. (2008). The information role of conservatism. *The Accounting Review*, 83(2), 447-478.
- Landsman, W. R., Maydew, E. L., Thornock, J. R. (2012). The information content of annual earnings announcements and mandatory adoption of IFRS. *Journal of Accounting and Economics*, 53(1), 34-54.
- Lin, S., Riccardi, W., Wang, C. (2012). Does accounting quality change following a switch from U.S. GAAP to IFRS? Evidence from Germany. *Journal of Accounting Public Policy*, 31(6), 641-657.
- Lourenço, I. M. E. C., Branco, M. C., & Curto, J. D. (2013). Do IFRS matter in emerging countries? An exploratory analysis of Brazilian firms. *Working Paper*, Lisbon University Institute University of Porto Lisbon, Portugal, 2013.
- Martinez, A. L. (2013). Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. *Brazilian Business Review*, 10(4), 1-31.
- Meyer, J. W., & Scott, W. R. (1992). *Organizational environments: Ritual and rationality*. Sage Publications, Inc, 1992.
- Nobes, C. (2011). IFRS practices and the persistence of accounting system classification. *Abacus*, 47(3), 267-283.
- OECD (2005). Guiding principles for regulatory quality and performance. Recuperado de <https://www.oecd.org/fr/reformereg/34976533.pdf>.
- Paulo, E. (2007). Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados. (Doutorado em Ciências Contábeis). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Paulo, E., Girão, L. F. A. P., Carter, D., & Souza, R. (2013). The impact of the adoption of international financial reporting standards on the quality of accounting information of the Brazilian and European public firms. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2270678>
- Shipman, J. E., Swanquist, Q. T., & Whited, R. L. (2016). Propensity score matching in accounting research. *The Accounting Review*, 92(1), 213-244.
- Wan Ismail, A., Kamarudin, K. A., Van, T. Z., (2013). Dunstan, K. Earnings quality and the adoption of IFRS-based accounting standards: Evidence from an emerging market. *Asian Review of Accounting*, 21(1), 53-73.
- Zenger, T. R., Lazzarini, S. G., & Poppo, L. (2000). Informal and formal organization in new institutional economics. In: *The new institutionalism in strategic management*. Emerald Group Publishing Limited, 2000.